

**DESTACÁVEL**

# **ANTEPROJECTO DE REVISÃO DA CONSTITUIÇÃO**



Pela sua importância e actualidade, dado tratar-se de um documento que se destina a ser discutido por todos os cidadãos moçambicanos, publicamos em caderno destacável, que pode ser separado das restantes páginas desta edição, o Anteprojecto de Revisão da Constituição.

## **PREÂMBULO**

Às zero horas do dia 25 de Junho de 1975, o Comité Central da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) proclamou solenemente a independência total e completa de Moçambique e a sua Constituição em República Popular de Moçambique.

Era o culminar de um processo secular de resistência à dominação colonial e da vitória inesquecível da Luta Armada de Libertação Nacional que congregou todas as camadas patrióticas da sociedade moçambicana num mesmo ideal de liberdade e justiça.

A Constituição então proclamada atribuiu um papel determinante à FRELIMO, o legítimo representante do povo moçambicano. Sob sua direcção iniciou-se então o processo exaltante de exercício da democracia e o poder cada vez mais assenta na expressão da vontade popular.

O Estado que criamos possibilita ao povo moçambicano, pela primeira vez na sua história, o exercício do poder político à escala nacional, a organização e direcção da vida económica e social e o aprofundamento da democracia.

A prática do funcionamento das instituições do Estado e a prática democrática dos cidadãos impõem novas definições e desenvolvimentos.

Após 15 anos de independência, o povo moçambicano, usando do seu direito inalienável de soberania, decidido a consolidar a unidade da Nação e dignificar o homem moçambicano, adopta e proclama esta Constituição que vai ser a lei básica de toda a organização política e social na República Popular de Moçambique.

As liberdades e os direitos fundamentais que a Constituição consagra são conquistas do povo moçambicano na sua luta pela construção de uma sociedade de justiça social, onde a igualdade dos cidadãos e o imperativo da Lei são os pilares da democracia.

Nós, povo moçambicano, determinados a aprofundar o ordenamento da vida política no nosso país, dentro de um espírito de responsabilidade e pluralismo de opinião, decidimos organizar a sociedade de tal forma que a vontade dos cidadãos seja o valor maior da nossa soberania.

## **TÍTULO I**

### **Princípios fundamentais**

#### **Artigo 1**

A República Popular de Moçambique é um Estado independente, soberano, unitário, democrático e de justiça social.

#### **Artigo 2**

A soberania reside no povo.

Os poderes do Estado emanam do povo. O povo moçambicano exerce o poder político através de sufrágio universal periódico para escolha dos seus representantes,

através de referendo e pela participação democrática permanente dos cidadãos na vida da Nação.

As organizações sociais, como formas de associação de cidadãos com afinidades e interesses próprios, desempenham um papel importante na promoção da democracia e da participação dos cidadãos na vida pública.

#### **Artigo 3**

A República Popular de Moçambique valoriza a luta heróica e a resistência secular do povo moçambicano contra a dominação estrangeira e assume como património nacional o papel decisivo da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) na vitória sobre o colonialismo e na conquista da independência nacional.

Esta experiência inspira o Estado na edificação da Nação moçambicana, no reforço da unidade nacional e na promoção da participação democrática dos cidadãos.

#### **Artigo 4**

A República Popular de Moçambique tem como objectivos fundamentais:

- a) a defesa da independência e da soberania;
- b) a consolidação da unidade nacional;
- c) a defesa e a promoção dos direitos humanos e da igualdade dos cidadãos perante a lei;
- d) a edificação de uma sociedade de justiça social e a criação do bem-estar material e espiritual dos cidadãos;
- e) o reforço da democracia, da liberdade e da estabilidade social e individual;
- f) o desenvolvimento da economia e o progresso da ciência e da técnica;
- g) a afirmação da personalidade moçambicana e dos valores culturais, sociais e tradicionais livre e democraticamente aceites;
- h) o estabelecimento e desenvolvimento de relações de amizade e cooperação com outros povos e Estados.

#### **Artigo 5**

São cidadãos moçambicanos os nascidos em território nacional, os filhos de pai ou mãe moçambicanos e os cidadãos naturalizados.

A lei estabelece as limitações aos princípios acima referidos bem como as demais formas de aquisição e a perda da nacionalidade.

#### **Artigo 6**

Na República Popular de Moçambique a língua portuguesa é a língua oficial.

O Estado valoriza as línguas nacionais e promove o seu desenvolvimento e utilização crescente como línguas veiculares e na educação dos cidadãos.

### **Artigo 7**

O território da República Popular de Moçambique é indivisível e inalienável, abrangendo toda a superfície terrestre, a zona marítima e o espaço aéreo delimitados pelas fronteiras nacionais.

A extensão, o limite e o regime das águas territoriais, a zona económica exclusiva, a zona contígua e os direitos aos fundos mari-nhos de Moçambique são fixados por lei.

### **Artigo 8**

A República Popular de Moçambique organiza-se territorialmente em províncias, distritos, postos administrativos e localidades.

As zonas urbanas estruturam-se em cidades e vilas.

A definição das características dos escalões territoriais, a criação de novos, bem como o estabelecimento de competências no âmbito da organização territorial são fixados por lei.

### **Artigo 9**

A política de defesa e segurança do Estado visa preservar a soberania e a integridade do país e garantir a segurança dos cidadãos contra qualquer agressão armada.

Na tradição das FPLM (Forças Populares de Libertação de Moçambique), de que são continuadoras, as Forças Armadas de Moçambique agem em estreita ligação com o povo.

O juramento dos membros das forças armadas estabelece o dever de respeitar a Constituição.

Os cidadãos são encorajados a participar na defesa do país integrando-se em organismos de auto-defesa popular.

### **Artigo 10**

Os recursos naturais situados no subsolo, nas águas interiores, no mar territorial, na plataforma continental e na zona económica exclusiva são propriedade do Estado.

Constituem ainda domínio público do Estado:

- a) a zona marítima;
- b) o espaço aéreo;
- c) o património cultural;
- d) as zonas de protecção da natureza;
- e) as vias férreas nacionais;
- f) as estradas;
- g) os portos e aeroportos;
- h) as telecomunicações;
- i) os empreendimentos energéticos e hidráulicos nacionais;
- j) os demais bens como tal classificados por lei.

O Estado determina as condições do seu uso e aproveitamento com salvaguarda dos interesses nacionais.

### **Artigo 11**

O Estado promove o conhecimento, a inventariação e a valorização dos recursos naturais, garantindo o equilíbrio ecológico e a conservação e preservação do meio ambiente.

### **Artigo 12**

A terra é propriedade originária do Estado e pode ser transmitida a favor de pessoas singulares ou colectivas, tendo em conta o seu fim social.

A lei estabelece os termos em que se opera a transferência de propriedade e a criação de direitos sobre a terra em benefício de utilizadores e produtores directos e previne que o direito de propriedade seja utilizado para favorecer situações de domínio económico ou de privilégio em detrimento da maioria dos cidadãos.

### **Artigo 13**

A política económica do Estado é dirigida à construção das bases fundamentais do desenvolvimento, à melhoria das condições de vida do povo e ao aproveitamento correcto das riquezas naturais e sua utilização em benefício do povo.

### **Artigo 14**

O Estado garante que as actividades económicas se conformem com o interesse público.

O Estado promove a planificação e o desenvolvimento da economia nacional, agindo directamente ou incentivando actividades que contribuam para resolver os problemas fundamentais do povo e reduzir as desigualdades sociais e regionais.

O investimento do Estado deve desempenhar um papel impulsionador na promoção do desenvolvimento.

### **Artigo 15**

O Estado garante o controlo dos sectores económicos decisivos para a soberania económica da Nação e para a independência do poder político.

### **Artigo 16**

A República Popular de Moçambique toma a agricultura como base para a satisfação crescente das necessidades do povo.

No quadro do desenvolvimento rural, o Estado incentiva a produção do sector familiar e encoraja os camponeses e trabalhadores individuais a organizarem-se em formas associativas de produção.

### **Artigo 17**

O Estado reconhece a contribuição da produção de pequena escala para a economia nacional e apoia o seu

desenvolvimento como forma de valorizar as capacidades e a criatividade do povo.

#### **Artigo 18**

A propriedade privada é reconhecida e garantida nos termos da lei.

A propriedade privada não pode ser usada em detrimento dos interesses fixados na Constituição e na lei.

#### **Artigo 19**

O capital estrangeiro opera no quadro da política económica do Estado.

#### **Artigo 20**

Os impostos são criados ou alterados por lei, que os fixa segundo critérios de justiça social e tendo em conta a capacidade dos contribuintes.

#### **Artigo 21**

O trabalho é dignificado e protegido, e é a força motriz do desenvolvimento.

O Estado propugna a justa repartição dos rendimentos do trabalho.

#### **Artigo 22**

A República Popular de Moçambique promove uma estratégia de educação visando a erradicação do analfabetismo e o domínio da ciência e da técnica pelos cidadãos.

O Estado organiza a educação dos cidadãos através de um sistema nacional de educação.

O ensino ministrado pelas colectividades e outras entidades é exercido nos termos da lei e sujeito ao controlo do Estado.

#### **Artigo 23**

O Estado promove o desenvolvimento da cultura e personalidade nacionais e garante a livre expressão das tradições e valores da sociedade moçambicana.

O Estado difunde internacionalmente a cultura moçambicana e desenvolve acções para fazer beneficiar o povo moçambicano das conquistas culturais dos outros povos.

#### **Artigo 24**

A assistência médica e sanitária aos cidadãos é organizada através de um sistema nacional de saúde que beneficie todo o povo moçambicano.

Para a realização dos objectivos prosseguidos pelo sistema nacional de saúde a lei fixa as modalidades de exercício da assistência médica e sanitária.

O Estado promove a participação dos cidadãos e instituições na elevação do nível de saúde da comunidade.

#### **Artigo 25**

O Estado orienta e promove a cultura física e o desporto como meio de educação e de formação dos cidadãos.

#### **Artigo 26**

A República Popular de Moçambique reconhece e valoriza os sacrifícios daqueles que consagraram as suas vidas à luta de libertação nacional, à defesa da soberania e da revolução.

O Estado assegura protecção especial aos órfãos e outros dependentes daqueles que morreram em cumprimento de missões, assim como àqueles que ficaram deficientes físicos na luta de libertação nacional, na defesa da soberania e da revolução.

#### **Artigo 27**

A família é a célula básica da sociedade. A família desenvolve e consolida os valores patrióticos nas novas gerações.

O Estado protege o casamento como instituição que garante a prossecução dos objectivos da família.

No quadro do desenvolvimento de relações sociais assentes no respeito pela dignidade humana, o Estado consagra o princípio de que o casamento se baseia no livre consentimento.

#### **Artigo 28**

A maternidade é dignificada e protegida.

A família é responsável pelo desenvolvimento harmonioso da criança.

O Estado e a família asseguram a educação integral da criança, formando-a nos valores da unidade nacional, do amor à Pátria, igualdade entre os homens e solidariedade social.

A criança não pode ser discriminada em razão do seu nascimento, nem sujeita a maus tratos.

#### **Artigo 29**

O Estado promove e apoia a emancipação da mulher e incentiva o seu papel crescente na sociedade.

O Estado reconhece e valoriza a participação da mulher moçambicana na luta de libertação nacional e em todas as esferas da sociedade.

#### **Artigo 30**

O Estado encoraja e promove a iniciativa da juventude, como digna continuadora das tradições revolucionárias, na consolidação da unidade nacional e na reconstrução e na defesa do país.

A juventude desempenhou um papel decisivo na luta de libertação nacional e sobre ela recai uma responsabilidade fundamental na construção da sociedade nova.

### **Artigo 31**

A República Popular de Moçambique é um Estado laico, nela existindo separação entre o Estado e as instituições religiosas.

A acção das instituições religiosas conforma-se com as leis do Estado.

O Estado valoriza as actividades das confissões religiosas visando promover um clima de entendimento e tolerância social e o reforço da unidade nacional.

As confissões religiosas gozam do direito de prosseguir livremente os seus fins religiosos, possuir e adquirir bens para a materialização dos seus objectivos próprios.

### **Artigo 32**

A República Popular de Moçambique, país não-alinhado, estabelece relações de amizade e cooperação com outros Estados na base dos princípios de respeito mútuo pela soberania e integridade territorial, igualdade, não interferência nos assuntos internos e reciprocidade de benefícios.

A República Popular de Moçambique aceita, observa e aplica os princípios da Carta da Organização das Nações Unidas e da Carta da Organização da Unidade Africana.

### **Artigo 33**

A República Popular de Moçambique luta pela unidade dos povos e Estados africanos na base da sua liberdade, dignidade e direito ao progresso económico e social.

A República Popular de Moçambique busca o reforço das relações com países empenhados na consolidação da independência nacional e na recuperação do uso e controle das riquezas naturais a favor dos respectivos povos.

A República Popular de Moçambique associa-se a todos os Estados na luta pela instauração de uma ordem económica justa e equitativa nas relações internacionais.

### **Artigo 34**

A República Popular de Moçambique apoia e é solidária com a luta dos povos pela libertação nacional.

A República Popular de Moçambique concede o direito de asilo aos estrangeiros perseguidos em razão da sua luta pela paz, pela democracia, pela libertação nacional e social e pela defesa dos direitos humanos.

### **Artigo 35**

A República Popular de Moçambique desenvolve relações de amizade e cooperação com forças políticas e sociais de todo o mundo na base da defesa dos interesses nacionais, do progresso e da paz.

A República Popular de Moçambique valoriza as relações forjadas durante a luta pela independência com Estados, povos e organizações.

### **Artigo 36**

A República Popular de Moçambique prossegue uma política de paz, só recorrendo à força em caso de legítima defesa.

A República Popular de Moçambique defende o princípio do desarmamento geral e universal de todos os Estados.

A República Popular de Moçambique preconiza a transformação do Oceano Índico em zona desnuclearizada e de paz.

## **TÍTULO II**

### **Direitos, deveres, liberdades e garantias**

#### **Capítulo I**

#### **Direitos e deveres dos cidadãos**

### **Artigo 37**

Todos os cidadãos da República Popular de Moçambique são iguais perante a lei, gozam dos mesmos direitos e estão sujeitos aos mesmos deveres, independentemente da cor, raça, origem étnica, lugar de nascimento, religião, grau de instrução, posição social, estado civil dos pais ou profissão.

### **Artigo 38**

Todo o cidadão tem direito à vida. Tem direito à integridade física e não pode ser sujeito a tortura ou tratamentos cruéis ou desumanos.

Todo o cidadão tem direito à honra, ao bom nome, à reputação, à defesa da sua imagem pública e à reserva da sua vida privada.

### **Artigo 39**

O homem e a mulher são iguais perante a lei em todos os domínios da vida política, económica, social e cultural.

### **Artigo 40**

Todos os actos visando atentar contra a unidade nacional, prejudicar a harmonia social, criar divisões, situações de privilégio ou discriminação com base na cor, raça, sexo, origem étnica, lugar de nascimento, religião, grau de instrução, posição social, estado civil dos pais ou profissão, são punidos pela lei.

### **Artigo 41**

Todos os cidadãos têm o direito e o dever de participar no processo de ampliação e consolidação da democracia, em todos os níveis da sociedade e do Estado.

Os cidadãos, maiores de 18 anos, têm direito de votar e ser eleitos, com excepção dos legalmente privados deste direito.

O direito de sufrágio é pessoal e constitui um dever cívico.

#### **Artigo 42**

Todos os cidadãos gozam de liberdade de opinião, de reunião e de associação.

O gozo dos referidos direitos é regulado por lei e só pode ser limitado quando ponha em causa a ordem pública, os direitos, liberdades e garantias individuais ou implique ou se proponha o uso da força.

#### **Artigo 43**

As organizações sociais gozam do direito de prosseguir os seus fins, criar instituições destinadas ao alcance dos seus objectivos específicos e possuir património para a realização das suas actividades.

#### **Artigo 44**

O cidadão tem o direito de recorrer aos tribunais contra os actos que violem os seus direitos reconhecidos pela Constituição e pela lei.

#### **Artigo 45**

O cidadão tem o direito de apresentar petições, queixas e reclamações perante qualquer autoridade para exigir o restabelecimento dos seus direitos violados.

O cidadão tem o direito de não acatar ordens ilegais ou que ofendam os seus direitos.

#### **Artigo 46**

O cidadão pode impugnar os actos administrativos que violem os seus direitos estabelecidos na Constituição e nas demais leis.

#### **Artigo 47**

Todos os cidadãos têm o dever de respeitar a ordem constitucional.

Os actos contrários ao estabelecido na Constituição são sujeitos a sanção nos termos da lei.

#### **Artigo 48**

A participação na defesa da independência, soberania e integridade territorial é dever e honra de todos os cidadãos e dá continuidade às heróicas tradições das Forças Populares de Libertação de Moçambique.

Todo o cidadão tem o dever de prestar serviço militar nos termos fixados na lei.

#### **Artigo 49**

O Estado é responsável pelos danos causados por actos ilegais dos seus agentes, no exercício das suas funções, sem prejuízo do direito de regresso nos termos da lei.

#### **Artigo 50**

Os cidadãos gozam da liberdade de praticar ou de não praticar uma religião.

#### **Artigo 51**

O Estado reconhece e garante o direito de propriedade.

A expropriação só pode ter lugar por causa de necessidade, utilidade ou interesse públicos, definidos nos termos da lei, e dá lugar a justa indemnização.

#### **Artigo 52**

O Estado reconhece e garante, nos termos da lei, o direito à herança.

#### **Artigo 53**

O trabalho constitui direito e dever de cada cidadão independentemente do sexo.

Cada cidadão tem direito à livre escolha da profissão.

O trabalho compulsivo é proibido. Exceptua-se o trabalho realizado no quadro da legislação penal.

#### **Artigo 54**

Todo o trabalhador tem, nos termos da lei, direito a justa remuneração, a descanso e a férias.

O trabalhador tem direito à protecção, segurança e higiene no trabalho.

O trabalhador só pode ser despedido nos casos e nos termos estabelecidos na lei.

#### **Artigo 55**

Todo o trabalhador tem direito de aderir e participar em organizações sindicais.

O exercício dos direitos sindicais é garantido e regulado por lei.

O direito à greve é regulado por lei.

#### **Artigo 56**

Todo o cidadão tem direito à liberdade de criação científica, técnica e artística.

O Estado protege os direitos inerentes à propriedade intelectual, incluindo os direitos de autor.

#### **Artigo 57**

Na República Popular de Moçambique a educação constitui direito e dever de cada cidadão.

O Estado promove a extensão e a igualdade de acesso de todos os cidadãos ao gozo deste direito.

#### **Artigo 58**

Todos os cidadãos têm direito à assistência médica e sanitária, nos termos da lei e o dever de promover e defender a saúde.

#### **Artigo 59**

O Estado promove e encoraja a criação de condições para a realização do direito dos cidadãos à assistência em caso de incapacidade e na velhice.

## **Capítulo II**

### **Garantias dos direitos e liberdades**

#### **Artigo 60**

Os direitos e liberdades individuais são garantidos pelo Estado e devem ser exercidos no quadro da Constituição e das leis.

#### **Artigo 61**

Na República Popular de Moçambique ninguém pode ser preso e submetido a julgamento senão nos termos da lei.

Os arguidos gozam da presunção de inocência até decisão judicial definitiva.

#### **Artigo 62**

Ninguém pode ser condenado por acto não qualificado como crime no momento da sua prática.

A lei penal só se aplica retroactivamente quando disso resultar benefício para o arguido.

#### **Artigo 63**

O Estado garante o acesso dos cidadãos aos tribunais e garante aos arguidos o direito de defesa e o direito a assistência e patrocínio judiciário.

O Estado providencia para que a justiça não seja denegada por insuficiência de recursos.

#### **Artigo 64**

O domicílio e a correspondência ou outro meio de comunicação privada são invioláveis, salvo nos casos especialmente previstos na lei.

#### **Artigo 65**

Os cidadãos são livres de circular no interior e para o exterior do território nacional, excepto os legalmente privados desse direito.

#### **Artigo 66**

A prisão preventiva só é admitida nos casos previstos na lei, que fixa os respectivos prazos.

O cidadão sob prisão preventiva deverá ser apresentado no prazo fixado na lei a decisão de autoridade judicial, que é a única competente para decidir sobre a validação e a manutenção da prisão.

#### **Artigo 67**

Em caso de prisão ou detenção ilegal resultante de abuso do poder, o cidadão tem direito a recorrer à providência do *habeas corpus*.

A providência do *habeas corpus* é interposta perante o tribunal e o seu processo é fixado na lei.

#### **Artigo 68**

A extradição só pode ter lugar por decisão judicial.

A extradição por motivos políticos não é autorizada.

O cidadão moçambicano não pode ser expulso ou extraditado do território nacional.

#### **Artigo 69**

As liberdades e garantias individuais só podem ser suspensas ou limitadas temporariamente em virtude de declaração do estado de guerra, do estado de sítio ou do estado de emergência.

A duração do estado de sítio ou do estado de emergência não pode ser superior a seis meses.

A lei estabelece o regime do estado de guerra, do estado de sítio e do estado de emergência e fixa as garantias judiciais de protecção dos direitos dos cidadãos a serem salvaguardadas.

## **Título III**

### **Órgãos do Estado**

#### **Capítulo I**

#### **Princípios gerais**

#### **Artigo 70**

Os órgãos representativos são escolhidos através de eleições em que todos os cidadãos têm o direito de participar.

O processo eleitoral é regulado por lei.

A lei eleitoral estabelece a organização de circunscrições eleitorais e assegura a pluralidade de candidaturas.

#### **Artigo 71**

São órgãos de soberania o Presidente da República, a Assembleia Popular, o Conselho de Ministros e os Tribunais.

#### **Artigo 72**

São órgãos centrais do Estado os órgãos de soberania, o conjunto dos órgãos governativos e as instituições centrais a quem cabe garantir a prevalência do interesse nacional e a realização da política unitária do Estado.

#### **Artigo 73**

Competem, de forma geral, aos órgãos centrais as atribuições relativas ao exercício da soberania, a normação das matérias do âmbito da lei e a definição de políticas nacionais.

São, nomeadamente, de exclusiva competência dos órgãos centrais a representação do Estado, a definição e organização do território, a defesa nacional, a ordem

pública, a fiscalização das fronteiras, a emissão de moeda e as relações diplomáticas.

#### **Artigo 74**

Os órgãos centrais exercem a sua acção directamente ou por intermédio de dirigentes ou agentes da administração nomeados, que supervisam as actividades centrais realizadas em determinada área territorial.

O representante da autoridade central ao nível da Província é o Governador Provincial.

A lei determina a forma, organização e competências no exercício dessa função.

#### **Artigo 75**

Nos escalões territoriais definidos por lei, os órgãos locais do Estado asseguram a participação e decisão dos cidadãos em matérias de interesse próprio da respectiva comunidade.

### **Capítulo II**

#### **Presidente da República**

#### **Artigo 76**

O Presidente da República é o Chefe do Estado, simboliza a unidade nacional, representa a Nação no plano interno e internacional e zela pelo funcionamento correcto dos órgãos do Estado.

O Chefe do Estado é o garante da Constituição.

#### **Artigo 77**

O Presidente da República é eleito por sufrágio universal directo, secreto e pessoal.

Podem ser candidatos a Presidente da República os cidadãos moçambicanos de idade compreendida entre 40 e 65 anos, no pleno gozo dos seus direitos, desde que propostos por um mínimo de cinco mil eleitores dos quais obrigatoriamente duzentos residentes em cada Província.

O mandato do Presidente da República é de cinco anos e apenas pode ser renovado duas vezes.

#### **Artigo 78**

O Presidente da República é o Chefe do Governo e o Comandante Chefe das Forças Armadas.

O Presidente da República dirige a segurança, as forças policiais e as forças para-militares.

#### **Artigo 79**

No exercício da sua função de Chefe do Estado compete ao Presidente da República:

- a) Dirigir-se à Nação através de mensagens e comunicações;
- b) Informar anualmente a Assembleia Popular sobre a situação geral da Nação;

- c) Decidir a realização de referendo para alteração da Constituição ou sobre questões de interesse fundamental para a Nação;
- d) Convocar eleições gerais;
- e) Dissolver a Assembleia Popular nos termos estabelecidos na Constituição;
- f) Nomear o Presidente e o Vice Presidente do Tribunal Popular Supremo e o Presidente do Tribunal Administrativo;
- g) Nomear, exonerar e demitir o Procurador Geral e o Vice Procurador Geral da República;
- h) Indultar e comutar penas;
- i) Atribuir, nos termos da lei, títulos honoríficos, condecorações e distinções.

#### **Artigo 80**

Na direcção da acção governamental compete ao Presidente da República:

- a) Convocar e presidir às sessões do Conselho de Ministros;
- b) Nomear, exonerar e demitir o Primeiro Ministro;
- c) Criar Ministérios e Comissões de natureza ministerial;
- d) Nomear, exonerar e demitir:
  - os Ministros e Vice Ministros;
  - os Governadores Provinciais;
  - os Reitores das Universidades;
  - o Governador e o Vice-Governador do Banco de Moçambique;
  - os Secretários de Estado.

A formulação de políticas governamentais pelo Conselho de Ministros é feita em sessões dirigidas pelo Presidente da República.

#### **Artigo 81**

No domínio da defesa nacional e da ordem pública compete ao Presidente da República:

- a) Declarar o estado de guerra e a sua cessação, o estado de sítio ou o estado de emergência;
- b) Celebrar tratados de paz;
- c) Decretar a mobilização geral ou parcial;
- d) Nomear, exonerar e demitir o Chefe de Estado Maior General, os Comandantes dos Ramos das Forças Armadas de Moçambique e outros oficiais nos termos definidos por lei.

#### **Artigo 82**

No domínio das relações internacionais compete ao Presidente da República:

- a) Orientar a política externa;

- b) Celebrar tratados internacionais;
- c) Nomear, exonerar e demitir os Embaixadores e enviados diplomáticos da República Popular de Moçambique;
- d) Receber as cartas credenciais dos Embaixadores e enviados diplomáticos de outros países.

### **Artigo 83**

Compete ao Presidente da República promulgar e mandar publicar as leis no Boletim da República.

O Presidente da República pode, por despacho fundamentado, devolver a lei para reexame pela Assembleia Popular.

Se a lei reexaminada for aprovada por maioria de dois terços, o Presidente da República deve promulgá-la e mandá-la publicar.

### **Artigo 84**

No momento da tomada de posse o Presidente da República presta o seguinte juramento:

“Juro pela minha honra dedicar todas as minhas energias à defesa, promoção e consolidação da unidade nacional e das conquistas da Revolução, ao bem-estar do povo moçambicano, fazer respeitar a Constituição e fazer justiça a todos os cidadãos.”

O Presidente da República toma posse em acto público perante os deputados eleitos e os representantes dos órgãos de soberania, testemunhado pelo Presidente do Tribunal Popular Supremo.

### **Artigo 85**

O Presidente da República decide quem o substitui em caso de impedimento ou ausência de curta duração e quem o representa na realização de actividades específicas. Quando o impedimento for superior a 45 dias, a substituição por interinidade é exercida pelo Presidente da Assembleia Popular.

### **Artigo 86**

Em caso de morte, renúncia ou incapacidade permanente do Presidente da República, as suas funções são assumidas interinamente pelo Presidente da Assembleia Popular.

O Presidente da Assembleia Popular toma posse como Presidente da República interino perante representantes dos órgãos de soberania, sendo o acto testemunhado pelo Presidente do Tribunal Popular Supremo.

A eleição do novo Presidente da República deverá ter lugar dentro de 45 dias, sendo vedado ao Presidente da República interino apresentar a sua candidatura.

O mandato do novo Presidente da República é válido até à realização das eleições ordinárias seguintes.

### **Artigo 87**

A incapacidade permanente do Presidente da República é comprovada por junta médica definida por lei.

A declaração de incapacidade é recebida pela Comissão Permanente da Assembleia Popular.

### **Artigo 88**

Durante o período de vagatura do Presidente da República a Constituição não pode ser alterada.

O Presidente da República interino garante o funcionamento dos órgãos do Estado e demais instituições e não pode exercer as competências referidas no Artigo 79, alíneas b), c), d) e e), no Artigo 80, alínea d), no Artigo 81, alínea d) e no Artigo 82, alínea c).

### **Artigo 89**

Os actos normativos do Presidente da República assumem a forma de decreto presidencial e as demais decisões no âmbito das competências constitucionais revestem a forma de despacho e são publicados no Boletim da República.

### **Artigo 90**

O Presidente da República goza de imunidade de procedimento civil e criminal pelos actos praticados no exercício das suas funções.

O Presidente da República não responde em juízo no decurso do seu mandato por actos estranhos ao exercício das funções.

## **Capítulo III**

### **Assembleia Popular**

#### **Secção I**

### **Assembleia Popular**

#### **Artigo 91**

A Assembleia Popular é o mais alto órgão legislativo na República Popular de Moçambique.

A Assembleia Popular é eleita por sufrágio universal directo, secreto e pessoal.

Através de leis e de orientações de carácter genérico, a Assembleia Popular determina as normas que regem o funcionamento do Estado e a vida económica e social.

A composição da Assembleia Popular é estabelecida por lei.

Os deputados da Assembleia Popular são eleitos por um mandato de cinco anos.

#### **Artigo 92**

Compete à Assembleia Popular legislar sobre as questões básicas da política interna e externa do país.

Compete, nomeadamente, à Assembleia Popular:

- a) Apreciar a inconstitucionalidade e a ilegalidade dos actos legislativos e normativos dos órgãos do Estado;
- b) Delimitar as fronteiras da República Popular de Moçambique;
- c) Proceder à divisão territorial;
- d) Aprovar a lei eleitoral e o regime do referendo;
- e) Propor a realização de referendo sobre questões de interesse nacional;
- f) Ratificar os actos legislativos da Comissão Permanente da Assembleia Popular;
- g) Sancionar a suspensão das garantias constitucionais e a declaração do estado de sítio ou do estado de emergência;
- h) Ratificar a nomeação do Presidente e Vice-Presidente do Tribunal Popular Supremo e do Presidente do Tribunal Administrativo;
- i) Deliberar sobre os relatórios de actividade do Conselho de Ministros;
- j) Deliberar sobre o Plano e o Orçamento do Estado e o respectivo relatório de execução;
- k) Definir as bases da política de impostos;
- l) Ratificar e denunciar os tratados internacionais;
- m) Conceder amnistias e perdão de penas;
- n) Eleger o Presidente e os membros da Comissão Permanente da Assembleia Popular;
- o) Aprovar o Regulamento da Assembleia Popular e o Estatuto do Deputado
- p) Criar Comissões da Assembleia Popular e regulamentar o seu funcionamento.

#### **Artigo 93**

A Assembleia Popular aprecia o programa de Governo apresentado pelo Primeiro Ministro, no início de cada legislatura.

O Primeiro Ministro poderá apresentar um programa reformulado que tenha em conta as conclusões do debate.

Caso a Assembleia Popular rejeite, após debate, o programa do Governo, o Presidente da República poderá dissolver a Assembleia, convocando novas eleições gerais.

#### **Artigo 94**

A iniciativa da lei pertence:

- a) Ao Presidente da República;
- b) Às Comissões da Assembleia Popular;
- c) Aos deputados;
- d) Ao Conselho de Ministros.

#### **Artigo 95**

A Assembleia Popular elege de entre os seus membros o Presidente da Assembleia Popular.

O Chefe do Estado convoca e preside a sessão que procede à eleição do Presidente da Assembleia Popular.

O Presidente da Assembleia Popular é investido nas suas funções pelo Chefe do Estado.

O Presidente da Assembleia Popular é responsável perante a Assembleia Popular.

#### **Artigo 96**

A Assembleia Popular reúne-se ordinariamente duas vezes por ano e extraordinariamente sempre que a sua convocação for requerida pelo Presidente da República, pela Comissão Permanente da Assembleia Popular ou por um terço, pelo menos, dos deputados da Assembleia Popular.

#### **Artigo 97**

A Assembleia Popular só pode deliberar achando-se presente mais de metade dos seus membros.

As deliberações da Assembleia Popular são tomadas por mais de metade dos votos dos membros presentes.

#### **Artigo 98**

Os actos legislativos da Assembleia Popular assumem a forma de lei e as demais deliberações revestem a forma de resolução e são publicados no Boletim da República.

#### **Artigo 99**

Nenhum deputado da Assembleia Popular pode ser preso, salvo em casos de flagrante delito, ou submetido a julgamento sem consentimento deste órgão ou da sua Comissão Permanente.

Os deputados da Assembleia Popular são julgados pelo Tribunal Popular Supremo.

#### **Artigo 100**

Os deputados da Assembleia Popular não podem ser processados judicialmente, detidos ou julgados pelas opiniões ou votos emitidos no exercício da função de deputado.

Exceptua-se a responsabilidade civil e criminal por injúria, difamação ou calúnia.

#### **Artigo 101**

O deputado da Assembleia Popular pode renunciar ao mandato.

A revogação e renúncia do mandato de deputado da Assembleia Popular são reguladas por lei.

#### **Artigo 102**

A Assembleia Popular é convocada e presidida pelo Presidente da Assembleia Popular. Na ausência ou im-

pedimento do Presidente da Assembleia Popular, as suas funções são exercidas por membros da Comissão Permanente da Assembleia Popular nos termos do Regulamento da Assembleia.

### **Artigo 103**

Compete ao Presidente da Assembleia Popular:

- a) Velar pelo cumprimento das deliberações da Assembleia Popular;
- b) Assinar as leis da Assembleia Popular e submetê-las a promulgação pelo Presidente da República;
- c) Assinar e mandar publicar as resoluções da Assembleia Popular;
- d) Representar a Assembleia Popular no plano interno e internacional.

## **Secção II**

### **Comissão Permanente da Assembleia Popular**

#### **Artigo 104**

A Comissão Permanente da Assembleia Popular é composta pelo Presidente da Assembleia Popular e por deputados eleitos pela Assembleia Popular de entre os seus membros.

A composição da Comissão Permanente da Assembleia Popular é estabelecida por lei.

A Comissão Permanente da Assembleia Popular é convocada e presidida pelo Presidente da Assembleia Popular.

#### **Artigo 105**

Compete à Comissão Permanente da Assembleia Popular:

- a) Aprovar leis e resoluções no intervalo entre as sessões da Assembleia Popular;
- b) Pronunciar-se sobre o estado de guerra antes da sua declaração;
- c) Sancionar a suspensão das garantias constitucionais e a declaração do estado de sítio ou do estado de emergência no caso de impossibilidade de convocação da Assembleia Popular;
- d) Autorizar a deslocação do Presidente da República em visita de Estado;
- e) Coordenar as actividades das Comissões da Assembleia Popular;
- f) Dirigir as relações entre a Assembleia Popular e as Assembleias e instituições análogas de outros países;
- g) Preparar e organizar as sessões da Assembleia Popular.

### **Artigo 106**

A Comissão Permanente da Assembleia Popular não pode legislar sobre:

- a) a definição da nacionalidade;
- b) a delimitação do território nacional;
- c) a lei eleitoral;
- d) o regime do referendo;
- e) a organização judiciária e o estatuto dos magistrados;
- f) o regime do estado de guerra, estado de sítio e estado de emergência;
- g) a criação de impostos;
- h) a designação da moeda nacional;
- i) o regime da expropriação por utilidade pública.

Os actos legislativos da Comissão Permanente da Assembleia Popular são ratificados pela Assembleia Popular na sessão seguinte à sua adopção.

### **Artigo 107**

Os actos legislativos da Comissão Permanente da Assembleia Popular tomam a forma de lei e as demais deliberações tomam a forma de resolução e são publicados no Boletim da República.

## **Capítulo V**

### **Conselho de Ministros**

#### **Artigo 108**

O Conselho de Ministros é o Governo da República Popular de Moçambique.

Na sua actuação, o Conselho de Ministros observa as decisões do Presidente da República e as deliberações da Assembleia Popular.

#### **Artigo 109**

O Conselho de Ministros é convocado e presidido pelo Primeiro Ministro, por delegação do Presidente da República.

A composição do Conselho de Ministros é fixada por lei.

#### **Artigo 110**

O Conselho de Ministros responde perante o Presidente da República e a Assembleia Popular pela realização da política interna e externa e presta-lhes contas das suas actividades nos termos da lei.

#### **Artigo 111**

O Conselho de Ministros assegura a administração do país, garante a integridade territorial, superintende as forças armadas, vela pela ordem pública e pela segurança e estabilidade dos cidadãos, promove o desenvolvimento

económico, implementa a acção social do Estado, desenvolve e consolida a legalidade, realiza a política exterior do país.

A defesa da ordem pública e constitucional é assegurada por órgãos apropriados que funcionam sob controlo governamental.

### **Artigo 112**

Compete, nomeadamente, ao Conselho de Ministros:

- a) Garantir os direitos e liberdades dos cidadãos;
- b) Assegurar a ordem pública e a disciplina social;
- c) Preparar projectos de lei a submeter à Assembleia Popular e projectos de decisão a submeter ao Presidente da República;
- d) Garantir a defesa e consolidação do domínio público do Estado e do património do Estado;
- e) Dirigir e coordenar as actividades dos Ministérios e outros órgãos subordinados ao Conselho de Ministros;
- f) Analisar a experiência dos órgãos executivos locais e regulamentar a sua organização e funcionamento;
- g) Preparar o Plano e o Orçamento do Estado e executá-lo, após aprovação pela Assembleia Popular;
- h) Promover e regulamentar a actividade económica e dos sectores sociais;
- i) Garantir o funcionamento correcto e desenvolvimento das instituições e empresas de propriedade estatal e a sua expansão consoante as necessidades da economia;
- j) Promover o desenvolvimento cooperativo e o apoio à produção familiar;
- k) Garantir condições para o exercício da iniciativa privada;
- l) Dirigir a política laboral e de previdência social;
- m) Dirigir os sectores sociais do Estado, em especial a educação e a saúde;
- n) Definir e promover a política de habitação;
- o) Preparar a celebração de tratados internacionais e celebrar, ratificar, aderir e denunciar acordos internacionais.

### **Artigo 113**

Compete ao Primeiro Ministro, sem prejuízo de outras atribuições confiadas pelo Presidente da República e por lei assistir e aconselhar o Presidente da República na direcção do Governo.

Compete, nomeadamente, ao Primeiro Ministro:

- a) assistir o Presidente da República na elaboração do programa do Governo;

b) aconselhar o Presidente da República na criação de ministérios e comissões de natureza ministerial e na nomeação de membros do Governo e outros dirigentes governamentais;

c) elaborar e propôr ao Presidente da República o plano de trabalho do governo;

d) garantir a execução pelos membros do Governo das decisões dos órgãos do Estado;

e) convocar e presidir a reuniões do Conselho de Ministros destinadas a tratar da implementação das políticas definidas e outras decisões;

f) coordenar e controlar as actividades dos Ministérios e outras instituições governamentais;

g) assinar os decretos e resoluções do Conselho de Ministros;

h) supervisionar o funcionamento técnico-administrativo do Conselho de Ministros.

### **Artigo 114**

Nas relações com a Assembleia Popular, compete ao Primeiro Ministro:

a) apresentar à Assembleia Popular o programa de Governo, a proposta de Plano e Orçamento;

b) apresentar os relatórios do Governo;

c) expôr as posições do Governo e a sua actividade perante a Assembleia Popular.

No exercício destas funções o Primeiro Ministro é assistido pelos membros do Conselho de Ministros por ele designados.

### **Artigo 115**

Os membros do Conselho de Ministros respondem perante o Presidente da República e o Primeiro Ministro pela aplicação das decisões do Conselho de Ministros na área da sua competência.

### **Artigo 116**

Os actos normativos do Conselho de Ministros revestem a forma de decreto. As demais decisões do Conselho de Ministros tomam a forma de resolução.

Os decretos e as resoluções são assinados pelo Primeiro Ministro e publicados no Boletim da República.

## **Capítulo VI**

### **Tribunais**

#### **Artigo 117**

Os tribunais têm como objectivo garantir e reforçar a legalidade como instrumento da estabilidade jurídica, garantir o respeito pelas leis e normas como prática social, assegurar os direitos e liberdades dos cidadãos assim como os interesses jurídicos dos diferentes órgãos e entidades com existência legal.

Os tribunais educam os cidadãos no cumprimento voluntário e consciente das leis, estabelecendo uma justa e harmoniosa convivência social.

#### **Artigo 118**

Na República Popular de Moçambique, a função jurisdicional é exercida através do Tribunal Popular Supremo e demais tribunais estabelecidos na lei.

Os tribunais penalizam as violações da legalidade e decidem pleitos de acordo com o estabelecido nas leis.

O Tribunal Popular Supremo é o mais alto órgão judiciário, com jurisdição em todo o território nacional.

O Tribunal Popular Supremo garante a aplicação uniforme da lei, ao serviço dos interesses do povo moçambicano.

#### **Artigo 119**

O Tribunal Popular Supremo funciona:

- a) em secções, como tribunal de 1ª e 2ª instância;
- b) em plenário, como tribunal de 2ª instância e de instância única, nos casos expressamente previstos na lei.

#### **Artigo 120**

O Tribunal Popular Supremo é composto por juizes profissionais e juizes eleitos.

Os juizes profissionais são nomeados pelo Presidente da República de entre licenciados em Direito, sob proposta do Conselho Superior da Magistratura.

O número de juizes profissionais, seu estatuto e duração do seu mandato, são definidos por lei.

A eleição dos juizes do Tribunal Popular Supremo compete à Assembleia Popular.

Podem ser eleitos como juizes do Tribunal Popular Supremo, os cidadãos moçambicanos com idade superior a 40 anos, sendo os demais requisitos fixados por lei.

#### **Artigo 121**

Nos julgamentos a matéria de direito é sempre decidida pelos juizes profissionais.

Os juizes eleitos participam apenas nos julgamentos em 1ª instância.

#### **Artigo 122**

A lei regula a competência, a composição, a organização e o funcionamento do Conselho Superior da Magistratura e dos tribunais judiciais em todos os escalões.

#### **Artigo 123**

No exercício da suas funções os juizes são independentes e apenas devem obediência à lei.

Os juizes respondem civil, criminal e disciplinarmente por actos praticados no exercício das suas funções, apenas nos casos especialmente previstos na lei.

O afastamento de um juiz de carreira da função judicial só se realizará nos termos legalmente estabelecidos.

#### **Artigo 124**

O controlo da legalidade dos actos administrativos e a fiscalização da legalidade das despesas públicas cabe ao Tribunal Administrativo.

A lei regula a competência, a organização, a composição e o funcionamento do Tribunal Administrativo.

#### **Artigo 125**

Compete, nomeadamente, ao Tribunal Administrativo:

- a) Julgar as acções que tenham por objecto litígios emergentes das relações jurídicas administrativas;
- b) Julgar os recursos contenciosos interpostos das decisões dos órgãos do Estado, dos seus respectivos titulares e agentes;
- c) Apreciar as contas do Estado;
- d) Exercer as demais competências atribuídas por lei.

#### **Artigo 126**

Além do Tribunal Popular Supremo, do Tribunal Administrativo e dos tribunais judiciais, existem as seguintes categorias de tribunais:

- a) Os Tribunais Militares;
- b) Os Tribunais Aduaneiros;
- c) Os Tribunais Fiscais.

A lei regula a competência, a organização, composição e funcionamento destes tribunais.

#### **Artigo 127**

Não é permitida a constituição de tribunais exclusivamente destinados ao julgamento de certas categorias de crimes além dos expressamente previstos na Constituição.

## **Capítulo VII**

### **Procuradoria Geral da República**

#### **Artigo 128**

A Procuradoria Geral da República fiscaliza e controla a legalidade, promove o cumprimento da lei e participa na defesa da ordem jurídica estabelecida.

A Procuradoria Geral da República é dirigida pelo Procurador Geral da República o qual é substituído, nas suas ausências e impedimentos, pelo Vice-Procurador Geral da República.

O Procurador Geral da República responde perante o Presidente da República e presta informação anual à Assembleia Popular.

A lei determina a orgânica, composição e funcionamento da Procuradoria Geral da República.

#### **Artigo 129**

O Ministério Público constitui uma magistratura hierarquicamente organizada, subordinada ao Procurador Geral da República.

No exercício das suas funções, os magistrados e agentes do Ministério Público estão sujeitos a critérios de legalidade, objectividade, isenção e exclusiva sujeição às directivas e ordens previstas na lei.

#### **Artigo 130**

O Ministério Público representa o Estado junto dos tribunais, controla a legalidade e os prazos das detenções, dirige a instrução dos processos-crime, exerce a acção penal e assegura a defesa jurídica dos menores, ausentes e incapazes.

## **Capítulo VIII**

### **Órgãos locais do Estado**

#### **Artigo 131**

Os órgãos locais do Estado têm como objectivo organizar a participação dos cidadãos na solução dos problemas próprios da sua comunidade e promover o desenvolvimento local.

O fortalecimento dos órgãos locais serve o aprofundamento da democracia e contribui para a integração e unidade nacionais.

Os órgãos locais do Estado têm competência para decidir sobre os assuntos relativos à respectiva área de acção territorial que não constituam competência de outros órgãos.

Os órgãos locais constituem-se nos escalões territoriais e com a orgânica estabelecida por lei.

#### **Artigo 132**

Os órgãos locais consistem em assembleias constituídas por deputados eleitos pelos cidadãos resi-

centes numa determinada área territorial e em executivos designados pelas assembleias.

Os executivos subordinam-se às assembleias.

#### **Artigo 133**

Os deputados prestam periodicamente contas das suas actividades aos cidadãos de quem são mandatários e às assembleias.

A revogação e a renúncia ao mandato dos deputados são reguladas por lei.

#### **Artigo 134**

As assembleias tomam decisões obrigatórias na área das suas competências, criam as comissões necessárias à realização das suas atribuições e responsabilizam individualmente os deputados pela realização de tarefas específicas.

Os órgãos e instituições do Estado devem fornecer a informação necessária e colaborar com os órgãos locais com vista ao bom desempenho das suas tarefas.

#### **Artigo 135**

A forma legal dos actos dos órgãos locais é estabelecida por lei.

## **Capítulo X**

### **Das incompatibilidades**

#### **Artigo 136**

Os cargos de Presidente da República, Presidente da Assembleia Popular, Primeiro Ministro, membro do Governo, Presidente do Tribunal Popular Supremo, Vice-Presidente do Tribunal Popular Supremo, Juiz do Tribunal Popular Supremo, Presidente do Tribunal Administrativo, Procurador Geral da República, Vice-Procurador Geral da República, Governador Provincial, Secretário de Estado, são incompatíveis.

## **Título IV**

### **Símbolos e capital da República**

#### **Artigo 137**

Os símbolos da República Popular de Moçambique são: a bandeira, o emblema e o hino.

#### **Artigo 138**

A bandeira nacional tem como base a bandeira da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), vanguarda que uniu o povo moçambicano para o combate contra o colonialismo, dirigiu a luta armada de libertação nacional, proclamou a independência nacional e fundou a República Popular de Moçambique.

A bandeira nacional tem cinco cores: vermelho, verde, preto, amarelo dourado e branco.

As cores representam:

**vermelho** — a resistência secular ao colonialismo, a luta armada de libertação nacional e a revolução;

**verde** — as riquezas do solo de Moçambique;

**preto** — o continente africano;

**amarelo dourado** — as riquezas do subsolo;

**branco** — a justeza da luta do povo moçambicano e a paz.

De cima para baixo estão dispostos horizontalmente o verde, o preto e o amarelo dourado alternados por faixas brancas. Do lado esquerdo, o vermelho ocupa um triângulo no centro do qual se encontra uma estrela amarelo dourado tendo sobre ela um livro, ao qual se sobrepõem uma arma e uma enxada cruzadas.

A estrela amarelo dourado simboliza o espírito internacionalista do povo moçambicano.

O livro, a enxada e a arma consagram a palavra de ordem "Estudar, Produzir, Combater".

### **Artigo 139**

O emblema da República Popular de Moçambique contém como elementos centrais um livro, uma arma e uma enxada, dispostos em cima do mapa de Moçambique, e representando, respectivamente: a educação, defesa e vigilância, o campesinato e a produção agrícola.

Por baixo do mapa está representado o oceano.

Ao centro, o sol nascente, símbolo da revolução e da nova vida em construção.

A delimitar este conjunto está uma roda dentada, simbolizando a classe operária e a indústria.

A circundar a roda dentada encontram-se à direita e à esquerda, respectivamente, uma planta de milho e espiga e uma cana de açúcar simbolizando a riqueza agrícola.

No cimo, ao centro, uma estrela vermelha simboliza o espírito internacionalista da Revolução Moçambicana.

Na parte inferior, está disposta uma faixa vermelha com a inscrição "República Popular de Moçambique".

### **Artigo 140**

A capital da República Popular de Moçambique é a Cidade de Maputo.

## **Título V**

### **Revisão da Constituição**

#### **Artigo 141**

As iniciativas de alteração da Constituição devem ser propostas pelo Presidente da República ou por um terço, pelo menos, dos deputados da Assembleia Popular.

As propostas de alteração devem ser depositadas na Assembleia Popular 90 dias antes do início do debate.

#### **Artigo 142**

Quando as propostas de revisão impliquem alteração fundamental dos direitos dos cidadãos e da organização dos poderes públicos, a proposta de revisão adoptada pela Assembleia Popular é submetida a debate público e levada a referendo.

Nos restantes casos a alteração da Constituição é aprovada por maioria de dois terços dos deputados da Assembleia Popular.

#### **Artigo 143**

Todos os cidadãos eleitores têm o direito de participar no referendo.

A proposta considera-se aprovada quando reúna mais de metade das opiniões expressas.

Os resultados do referendo e o texto constitucional aprovado são adoptados pela Assembleia Popular sob forma de lei constitucional e mandados publicar pelo Presidente da República no Boletim da República.

#### **Artigo 144**

A Constituição só pode ser alterada decorridos cinco anos sobre a última revisão constitucional.

## **Título VI**

### **Disposições finais e transitórias**

#### **Artigo 145**

As normas constitucionais prevalecem sobre todas as restantes normas do ordenamento jurídico.

#### **Artigo 146**

A legislação anterior no que não for contrário à Constituição mantém-se em vigor até que seja modificada ou revogada.

#### **Artigo 147**

O disposto no Artigo 77 quanto à eleição do Presidente da República entra em vigor aquando da realização das terceiras eleições gerais.

Até à realização das terceiras eleições gerais, o Presidente da República Popular de Moçambique é o Presidente do Partido Frelimo.

#### **Artigo 148**

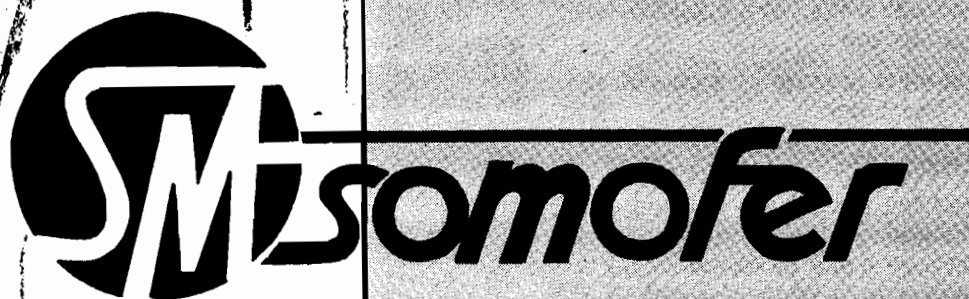
O mandato dos deputados da Assembleia Popular permanece válido até à realização de eleições gerais nos termos estabelecidos na presente constituição.

#### **Artigo 149**

A limitação de mandatos prescrita no Artigo 77 conta-se a partir das eleições realizadas nos termos da presente Constituição.

#### **Artigo 150**

A presente Constituição entra em vigor no dia.



**CHAPAS DE MADEIRA  
PRENSADA DE 4, 8  
E 12 mm**

**E CHAPAS DE  
CONTRA PLACADO  
DE 4, 6, 9 E 12mm**

**SOCIEDADE MOÇAMBICANA DE FERRAGENS, Lda**

**AV. EDUARDO MONDLANE, 2121 TELEFS.: 42 21 48-42 41 79 MAPUTO**